

Escolas DO CAMPO E A GESTÃO DEMOCRÁTICA PARTICIPATIVA NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO

Renata Daniele Vechini Dalbon

João Luís Cunha

Este memorial apresenta um conjunto de informações sobre evolução das escolas do campo de São José do Rio Pardo e visa subsidiar a Gestão Democrática Participativa, políticas públicas voltadas às escolas do campo buscando atender as especificidades dos sujeitos que vivem no campo.

Ao longo do texto mostro a importância da autonomia na ação coletiva dos sujeitos sociais do campo na luta pela construção do direito à educação. Fundamento a importância da Gestão Democrática Participativa para a comunidade escolar, revelando experiências positivas do Conselho de Escola, do Colegiado Estudantil e de outros instrumentos de participação da comunidade, que assumem responsabilidades frente à escola e frente ao campo, revelando minhas vivências como gestora.

Vale ressaltar que com este, pretendo revelar a melhoria do desempenho escolar das escolas campesinas rio-pardense, com foco no ensino-aprendizagem e na Gestão Democrática Participativa.

O memorial foi dividido em capítulos, nos quais encontram sugestões práticas para desenvolver nas instituições escolares a gestão, acredito que essas experiências serão de muita utilidade.

Nesse sentido, procurei expor de forma simples e objetiva o conceito de “Colegiado Estudantil”, e de que maneira eles poderão contribuir para a educação básica. Acredito que, uma leitura atenta dos capítulos escritos poderá ensejar uma visão mais aberta do trabalho realizado.

Enfim, destaco a importância da relação escola-comunidade para a melhoria da educação do campo e esclareço de vários ângulos a importância do Conselho Escolar, que tem por finalidade a democracia, a participação e a autonomia.

Destaco durante a escrita desse memorial o quanto o curso de especialização em Gestão Educacional estimulou o meu trabalho, me orientou e me tornou uma gestora

envolvida no processo de tomadas de decisões, em todos os segmentos da escola. Portanto, destacando a participação dos camponeses como realidade na construção de uma escola onde se faz necessário o fortalecimento da participação coletiva me levou a refletir sobre a importância do meu trabalho estar pautado em um planejamento.

Quero lembrar que este contém várias contribuições para a educação camponesa do município de São José do Rio Pardo e espero que através deste ocorra um maior aperfeiçoamento do processo pedagógico das escolas do campo.

1. A EDUCADORA

Enquanto educadora recém formada, na década de 1990 fui designada a lecionar em uma escola no perímetro rural do município de São José do Rio Pardo.

As condições eram precárias; faltavam recursos materiais, físicos, humanos e pedagógicos. Não existia um gestor responsável presente na escola, nem um Projeto Político Pedagógico diferenciado para escola dos trabalhadores rurais daquela comunidade, a proposta seguida era válida para a rede municipal.

A situação me sensibilizava quando observava e sentia que os pais daquelas crianças lutavam pela terra e por melhores condições de vida e de trabalho. Aqueles pais, trabalhadores, retiravam do seu suor meios de sobrevivência.

Tudo isso me fez enxergar a história de vida e de cultura de meus pais e o esforço que eles tiveram para que eu e minhas irmãs tivéssemos uma educação de qualidade.

Nas aulas da disciplina Escola, Gestão e Cultura aprendi que, quando o ser humano conhece sua cultura ele se torna crítico, consciente, politizado, participante. Segundo o professor Guilherme do Val Toledo Prado, em uma das aulas presenciais, quando o sujeito conhece sua cultura tem condições de exigir seus direitos e é responsável pelas decisões tomadas e pela execução das mesmas.

Sabendo que a nossa cultura é a nossa identidade, hoje, como Gestora das Escolas do Campo, filha de ex-trabalhadores rurais e esposa de agricultor, prezo por uma educação de qualidade, pelo respeito, valorização e convívio harmonioso das diferentes identidades culturais.

Fiz o magistério nos anos de 1992 a 1996, cursava a mesma escola no período da manhã o Colegial e no período noturno, o Magistério.

Os meus pais eram acordados para a necessidade minha e de minhas irmãs em ter uma profissão. Nunca na história de meus familiares alguém se preocupava em incentivar os filhos à profissão de Educador como meus pais.

Diante dessas preocupações com a formação e a profissão das filhas, meus pais passaram a redimensionar o papel do professor na sociedade, promovendo conversas de amigos, conhecidos professores comigo e com minhas irmãs, preocupados com a minha formação, consciente das satisfações e dos problemas que exigem competência do educador para encontrar soluções.

Segundo meus pais, eu e minhas irmãs precisávamos ter claro que o curso do Magistério era gratuito, e tínhamos uma profissão.

Fui fazer o Magistério e durante o curso comecei a entender que para ser educador é preciso criar, na escola, um ambiente capaz de envolver os professores a desenvolver nos alunos capacidades de compreensão.

Mas foi no curso de Especialização em Gestão Educacional que me foi oferecida ações a partir das aulas, dos estudos e das leituras para que eu entendesse que para ser educador é preciso um ambiente que envolva não só os professores mas, os funcionários, os alunos os pais e a comunidade escolar.

Favorecendo a superação das diferenças, e oferecendo ações a partir dos estudos, a fim de instrumentalizar na elaboração de práticas de ensino, contribuindo assim com o meu fazer pedagógico na escola.

Trabalhei como estagiária em uma Creche Municipal e lá comecei a entender a importância dos espaços didáticos para relação professor – aluno – comunidade.

Quando me formei do magistério recebi o título de melhor aluna de todas as turmas, já trabalhava como estagiária.

Meus professores me incentivaram a cursar a Faculdade no ano de 1997 a 1999 e indicaram meu nome a algumas escolas estaduais, municipais e particulares.

É importante, ressaltar que sempre fui apaixonada por terra, plantões, espaços, clima, temperatura, diversidade humana, cultural então achei que dos cursos que a Faculdade da minha cidade oferecia e que mais aproximava do meu perfil era o de Geografia.

Porém, eu havia ganhado dos professores do magistério a inscrição paga do vestibular do curso de Pedagogia na Unesp de Rio Claro, mas meus pais não me deixaram ir prestar o vestibular, disseram que era muito caro para um filho estudar fora

da cidade e que eles não tinham condições para isso. Era para eu desistir, quem estudava fora da cidade é filho de rico e eu que era pobre tinha que fazer os cursos que a Faculdade da cidade oferecia.

Desta forma, a única saída era cursar a Faculdade de Geografia, dar aula e guardar o dinheiro para um dia poder realizar um curso de melhor qualidade e fora da cidade.

Foi no final de 1999, quando conheci uma equipe da Unicamp, as professoras Lia Leme Zaia, Nádia Badue Freire que estavam vindo ao município de São José do Rio Pardo para aplicar o curso de Psicopedagogia.

Quando ouvi a proposta da Pós Graduação em Psicopedagogia me apaixonei, cursei a pós- graduação nos anos de 2000 a 2002 e lá as educadoras deixavam claro que é preciso seguir uma organização das formas de atividades mais comuns que são mobilizadas em sala de aula.

Neste mesmo ano de 2002 deixei de ser professora substituta e me efetivei como professora da rede municipal.

Fui convidada em 2005 a participar de um grupo de estudo para a Educação para a Paz, na Faculdade de Educação da Unicamp, e lá fui eu com aquele sonho, aquela sede de aprender. Conheci muitas pessoas, troquei muitas idéias, aprendi muito.

Porém em 2007 por questões políticas e financeiras precisei parar de participar do grupo, fiquei triste, pois fazer parte daquele grupo de estudo da Unicamp era ótimo.

Mas meu sonho persistia em fazer um curso em uma Faculdade conceituada. Foi no ano de 2009 que recebi o convite da Prefeitura Municipal em nome do Secretário da Educação para o curso de especialização em Gestão Educacional. Foi um dos maiores e melhores presentes que já recebi. O curso mudou minha vida, cada tema abordado representava um domínio a mais no meu currículo.

Os temas apresentados por meio das atividades presenciais ou no Teleduc me estimulava a desenvolver com rapidez e eficiência nas escolas e me proporcionava ações para por em prática os conceitos e conteúdos aprendidos durante o curso.

A justificativa de ter participado do curso de Especialização em Gestão Educacional, partiu da minha constatação de que o gestor deve estar aberto a aprender, trazer a discussão a respeito da relação entre os problemas do cotidiano que envolvem fatores econômicos, políticos, sociais e históricos.

Tivemos discussões sobre as responsabilidades humanas do gestor voltadas ao bem estar comum, das comunidades e ao desenvolvimento da educação de nosso país. É preciso que cada gestor tenha o curso de Especialização em Gestão Educacional como ponto de partida que criei busque novas idéias e use sua criatividade e bom senso.

Como gestora das Escolas do Campo ressalto que o curso de Especialização em Gestão Educacional me fez entender que o campo tem suas especificidades e uma ampla diversidade e que eu preciso conhecer cada vez melhor, a dinâmica do campo, as pessoas que vivem ali, ações coletivas e as lutas bem como seus projetos.

Segundo Miguel Arroyo, da faculdade de educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), “é necessário tomar muito cuidado de não levar para lá, mas partir de lá”.

Apreendi no curso de Especialização em Gestão Educacional que como gestora das escolas do campo preciso saber avaliar, a escolher as diferentes e múltiplas linguagens dos envolvidos e, essa afirmação também é sustentada por Lucksi, quando escreve: “avaliar uma criança implica, antes de tudo, acolhê-la no seu ser e no seu modo de ser, como está para a partir daí, decidir o que fazer. A disposição de acolher está no sujeito do avaliador e não no objeto da avaliação. O avaliador é o detentor dessa disposição. E, sem ela, não há avaliação”. (LUCKSI, 2002)

Enfim, para fazer uma avaliação do trabalho realizado nas escolas do campo, é preciso dedicar tempo para ver e rever como as coisas estão acontecendo, pois existe avaliação para que possamos conhecer a atual realidade e providenciar ações para melhoria das escolas do campo.

2. ESCOLA URBANA X ESCOLA RURAL

Em 1990 o município de São José do rio Pardo enfrentava um elevado êxodo rural eu era recém formada, e panorama da educação do campo era de precariedade. Era um visível descaso de ineficiência das políticas educacionais.

As condições desfavoráveis acabavam comprometendo o desenvolvimento do ensino-aprendizagem nas escolas rurais, as desigualdades sociais eram um dos maiores entraves para que a população campesina tivesse acesso a uma educação pública de qualidade.

Nas aulas do professor Sanfelice, pude constatar que a educação rural, destinada aos trabalhadores era considerada como resquício de um período em extinção em decorrência do processo de urbanização acelerado. Segundo Fernandes, “a educação rural está na base do pensamento latifundiário, empresarial, do assistencialismo, do comportamento político sobre a terra e as pessoas que nela vivem. O debate a respeito da educação rural data das primeiras décadas do século XX.” (FERNANDES, 2004, p.62)

A concentração fundiária e o êxodo rural foram marcantes na história da educação rio-pardense, onde os saberes escolares eram de pouca utilidade, o que valia era saber ordenhar, plantar, colher e garantir o próprio sustento. O ensino mantinha o trabalhador em grandes lavouras dos grandes fazendeiros no final do século XIX e início do século XX, assim apareceram os movimentos sociais do campo na educação e o início das conquistas nas políticas públicas.

Na disciplina Estado, Políticas Públicas e Educação, com base nos vídeos, nas aulas e leituras realizadas, foi possível observar que as reformas na área educacional não fogem dos contextos históricos que vão sendo construídos no decorrer da história de nosso país.

Olhando a educação do município de São José do Rio Pardo observei as demandas históricas por um projeto educacional que levasse em consideração a população camponesa, que produz e vive no meio rural rio-pardense.

O que me constrangia era ver que os cidadãos rio-pardenses tinham a cidade como um lugar de civilização, de sociabilidade, do melhor e a zona rural como um lugar atrasado, com uma realidade a ser superada.

Estudos como os realizados por Leite (2002), Arroyo (2007) e Monarin (2006), mostram que o campo foi visto como um lugar de atraso, uma realidade a ser superada e, por esse motivo as políticas sociais e educacionais não foram vistas como prioritárias para esses povos.

Para Monarin (2006), as políticas sociais “voltadas ao meio rural são traçadas no sentido de extrair do campo o máximo de benefício em favor da vida na cidade, ou então no sentido de urbanizar o espaço rural.” (p.20)

Portanto, foi no final da década de 1990, que se conseguiu tirar da classe dominante, vigente na ditadura, o poder político e econômico no município.

2.1 A ESCOLA É PARA TODOS

No ano de 2000, iniciou-se um esforço da Secretaria Municipal da Educação, em termos de políticas públicas rio-pardenses em apoiar as Escolas do Campo, que eram isoladas e que estavam em condições precárias. As escolas rurais apresentavam características físicas bem diferentes das escolas urbanas sendo carentes, em disponíveis resultados, numa enorme desigualdade social.

Eu acreditava que existia essas diferenciações, mas o Curso de Gestão Educacional me fez acreditar que as escolas devem ser construídas para todos os diferentes indivíduos, independente se seu território, praticas sócias, identidades culturais, incluindo a diversidade do campo. Percebi na disciplina A Escola e a Educação Comunitária, na fala da Profª Doutora Ângela da Fátima Soligo, que:

“Precisamos proporcionar nas escolas ambientes para os alunos criarem e recriarem suas formas de existência, pois só assim podemos contribuir com a transformação da realidade do campo em todas as dimensões que são marcadas pela diversidade econômica, cultural e ético racial.”

3. GESTÃO DEMOCRÁTICA PARTICIPATIVA

Passei de professora rural para professora coordenadora de uma escola de perímetro urbano, e esta tinha as escolas rurais vinculadas. No ano de 2007, assumi o Setor Rural como professora coordenadora.

Eram muitas as tarefas, organizar o patrimônio das escolas, verificar os matérias de limpeza e pedagógico, melhorar os espaços físicos, acompanhar o ensino-aprendizagem dos alunos, melhorar as relações dentro dos espaços, conquistar a comunidade escolar interna e externa, analisar o desempenho escolar, índices de abandono, evasão, distorção idade-série.

Em cada tarefa realizada e em cada dado colhido, era revelado um contexto difícil das escolas do campo, a preocupação aumentava, pois os dados revelavam a realidade. Sentia-me sobrecarregada, passei a entender o papel do Gestor nas aulas do Pedro Ganzeli. Procurei pela Diretora de Departamento da Secretaria Municipal da Educação, e ela me sugeriu um estudo sobre “Gestão Democrática”.

Eu comecei a me apaixonar a partir da leitura do artigo “Administração e participação: reflexo para a educação”, de Fernando C. Prestes Motta, que trata de conceitos sobre a administração, participação, co-gestão, auto-gestão, educação; mas foi na disciplina Gestão Escolar que eu consegui, depois de não, entender o conceito de participação conflitual, participação funcional, participação administrativa. Segundo Motta

“no âmbito da escola, a participação constitui tema de estudantes, professores, administradores, supervisores, orientadores e funcionários. Aos administradores educacionais, cabe especialmente o desafio não pequeno de descobrir e delinear formatos organizacionais que, adequados a contextos específicos, assegurem a educação participativa voltada para a construção de uma sociedade verdadeiramente igualitária, não apenas em termos econômicos, mas em termos de distribuição do poder”. (MOTTA, 1984)

E após essa leitura fui me interessando sobre o assunto. As leituras tornaram minhas ações mais felizes e fui observando a importância da educação participativa na construção de uma nova sociedade. Foi necessário diagnosticar a realidade específica de cada escola, para elaborar o Plano de Ação.

3.1 PARTICIPAÇÃO E DECISÃO

O primeiro passo: Melhorar as condições físicas e aparência das escolas.

Eu comecei a envolver-me com as aparências físicas das escolas de campo, procurando melhorar as fachadas, pintura externa, cores mais educativa, ambientes mais alegres, acreditava que mudando a aparência externa e interna da escola, já iria fazer a diferença. Entretanto. O curso de Gestão Escolar me fez reconhecer a escola como um espaço de reflexão crítica da realidade, de construção das bases para a elaboração de uma educação voltada para as necessidades das populações camponesas.

No ano de 2008, uma das escolas que era localizada no meio de uma colônia de trabalhadores, há quinze anos não era pintado, o prédio estava em más condições. Realizei uma reunião com os pais e alunos e perguntei-lhes, o que era mais necessário naquela escola. Os pais pediram a pintura do prédio e após a reunião, deixei na escola uma caixa para que a comunidade sugerisse a cor da pintura. Falei com o proprietário da

fazenda sobre a pintura, ele gostou da idéia e disse para eu comprar a tinta da cor que eu quisesse e ele pediria a seus funcionários, “pais de alunos”, para pintarem a escola.

Após uma semana realizamos outra reunião e a cor sugerida foi o “verde alecrim”. Comprei a tinta da melhor qualidade e iniciamos a pintura, a comunidade ficou em festa, a escola ficou linda. Os alunos ficaram mais interessados e a comunidade mais envolvida.

No final de semana, a esposa do proprietário da fazenda foi até a escola e viu o prédio pintado na cor verde alecrim e fez um escândalo. Na segunda-feira, sem conversar com ninguém, o proprietário da fazenda ordenou que seus funcionários pintassem a escola novamente, mas de branco e azul, a cor da colônia, porque sua esposa não havia gostado da escola ter se destacado na comunidade. Segundo ela, os empregados iriam querer pintar suas casas, com o passar do tempo eles perderiam o controle da fazenda.

A professora chorando, alunos chorando e os pais revoltados por não poderem escolher sequer a cor da escola dos filhos.

Eu e a Secretária Municipal da Educação procuramos pelo proprietário da fazenda e ele não quis conversar.

Decepcionada, fui até a escola conversar com os pais e lá eles me disseram: Só recebemos ordens! Não podemos dar opiniões! Somos escravos!

Eu respondi a eles que o mais importante eles haviam conseguido, que era se reunirem e mostrar que juntos, pais e escola, realizaram a pintura que a quinze anos não era feita e que essa lição era de vida, pois o mais importante foi a união de todos.

Decepcionada com a atitude do proprietário da fazenda, e triste por ter realizado um trabalho democrático na pintura da escola, me frustrei junto com a comunidade.

Alguns dias se passaram e algumas daquelas famílias foram falar comigo, e agradecer por ter sido através do acontecido que eles perceberam o quanto estavam sendo explorados.

A escola foi pintada de branco e azul, mas o mais importante, aquela comunidade realizou, uma prática reflexiva sobre a relação entre a escola e o meio social em que vivem, e muito dos trabalhadores tiveram um olhar reflexivo sobre si e seu trabalho.

Durante o curso, na disciplina Políticas Públicas, pude analisar a instância política, da dimensão do trabalho do gestor do campo, que lida com as políticas de uma sociedade marcada por profundas desigualdades e temos que garantir a educação de qualidade que é direito de todos.

“A intenção é, necessariamente, pela sua própria definição, a apreensão da meta; portanto dizer que a intenção é radical é o mesmo que dizer que ela inclui uma meta radical. Simplesmente, é da própria intenção que se origina o radicalismo; não é meta em si. Eu quero dizer o seguinte: com bastante freqüência na história, nós encontramos indivíduos ou grupos sociais que pareciam perseguir a mesma meta, que se uniram, que diziam as mesmas coisas e, pouco a pouco percebesse que eles perseguiram metas bastante diferentes. É que as intenções eram diferentes. Elas são diferentes porque, por trás do que parecia ter em comum para os diferentes grupos, existem as suas verdades e percebesse que existe uma formulação ou menos incerto, que é comum a todos os grupos, mas não a meta propriamente dita.” (Jean Paul Sartre).

A intenção era a pintura, mas a participação revelou uma aprendizagem, esta só pode ocorrer através da própria participação.

Hoje entendo que meu trabalho, enquanto Gestora do campo, é muito mais amplo, tenho uma relação não só com os colonos, mas também com as pessoas que exercem poder, “proprietários das fazendas e sítios”.

Mesmo sabendo que a população campesina esta cada vez mais dependente de políticas compensatórias, o mais importante foi eles se perceberem enquanto sujeito e saírem da acomodação, e fazer valer seus valores.

Nas aulas do professor Pedro Ganzeli, ficou claro a necessidade de o Getor ser um líder transformador na escola e na comunidade onde está inserido

4. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS ESCOLAS DO CAMPO

No ano de 2008, foi realizada a adesão ao Programa Escola Ativa, pela Secretaria Municipal da Educação, no entanto, por ser ano político, o mesmo só deu início no ano de 2009.

Neste mesmo ano somamos a Educação do Campo a proposta de governo do Prefeito João Luis Soares da Cunha, que era de desenvolver um currículo diferenciado para as escolas rurais, levando em consideração as peculiaridades da cultura rural, as reivindicações dos moradores e as demanda econômicas atuais, garantindo a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

Com o apoio da Prefeitura Municipal, desenvolvemos na Escola do Campo ações articuladas entre as áreas: saúde, educação, cultura e promoção social.

A Prefeitura oferece transporte escolar, com monitores nos ônibus, aos alunos do campo. Os educadores participam de formação continuada e são capacitados em diferentes campos do conhecimento. Utilizamos a metodologia do Programa Escola Ativa e o material apostilado específico para o campo. Os alunos, professores e funcionários, participam de comitês da gestão no controle social da qualidade da educação. Além disso, adequamos nosso currículo às necessidades dos sujeitos sociais do campo.

Realizamos melhorias nas condições de trabalho dos educadores do campo, inclusive com ajuda de custos a todos que atuam fora da sede do município.

Realizamos Escola de Pais, mensalmente, nas escolas, com temas sugeridos pelos pais.

Recebemos o Proinfo Rural e garantimos a aprendizagem da informática para os professores e funcionários, através da aula na disciplina Tecnologia, pois, a inclusão digital se ensina na escola, quando se tem com objetivo a formação plena da pessoa para a autonomia, cidadania e para a participação social com responsabilidade, conforme pontuou o Prof. Sérgio Ferreira do Amaral, no curso de Gestão Educacional.

Melhoramos as condições físicas infra-estruturais das escolas, definindo e promovendo o alcance de padrões mínimos de funcionamentos.

Foi desenvolvida uma Política Integrada com as Secretarias da Saúde, Educação, Cultura e Meio Ambiente, onde recebemos visitas de outros municípios sobre nossas iniciativas em Educação do Campo, com especial foco na organização, funcionamento, processos de implementações e resultados das políticas públicas.

A Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura (UNESCO), realizou visita técnica a fim de apoiar e disseminar nossas iniciativas de educação do campo como proposta pedagógica adequada à Educação Infantil no Campo.

Atualmente a Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), realiza pesquisas em nosso município sobre a Educação do Campo, subsidiando o estudo da educação tomando por base a Gestão Democrática Participativa do município.

O curso de Gestão Educacional me ajudou a refletir minha prática e ser uma pessoa melhor, além de comprovar que é possível ser uma Gestora eficiente e eficaz, e construir uma escola de qualidade.

O PCN (Brasil,2001), destaca que:

“as adaptações curriculares previstas nos níveis de concretização apontam a necessidade de adequarem objetivos, conteúdos e critérios de avaliação, de forma

atender a diversidade existente no País” (pg96) e conforme o relatório I Conferência Nacional por uma Educação Básica no Campo (2002);

“existe quase vazio em relação a Propostas Pedagógicas que tomem o campo como referência, no próprio âmbito das teorias educacionais críticas, os parâmetros das escolas urbanas”(KOLLING, ET AL.1998).

Outro grande avanço foi que as Escolas passaram a ser denominadas de Escola do Campo. A concepção de uma educação a partir do campo e no campo, em substituição a Educação Rural, hoje entende o campo e cidade, enquanto duas partes de uma única sociedade, que dependem uma da outra e não podem ser tratadas de forma desigual.

O rural é definido, de acordo com critérios do IBGE, pela sua localização geográfica e a baixa densidade populacional; urbano por um projeto de desenvolvimento centrado nas atividades urbanas-industriais, segundo qual o campo cairia em desaparecimento, não sendo pertinente, por tanto, o investimento em políticas estruturantes nesse espaço; pela concepção rural enquanto espaço tipicamente de atividades agrícolas, priorizando os latifúndios.

O campo, compreendido a partir do conceito de territorialidade, é o lugar marcado pela diversidade econômica, cultura e étnico-racial. Foi na disciplina “A Escola e Educação Comunitária” que entendi que o campo real é um espaço onde atuam distintos interesses e projetos do município.

Hoje, sei que no campo os rio-pardenses encontram boas escolas para seus filhos, bons educadores e uma educação que não prepara apenas para a vida na cidade, mas que reconhece as distintas formas de existências, de manifestações da vida e de relações sociais e com a natureza.

Nossa maior preocupação é divulgar as Diretrizes da Educação Básica nas Escolas do Campo, com vista à definição de políticas de educação específicas para estas populações.

Segundo Ganzeli :

“A participação de todos os envolvidos no dia a dia na escola, nas decisões sobre seus rumos, garante a produção de um planejamento no qual estejam contemplados os diferentes olhares da realidade escolar, possibilitando assim, a criação de vínculos entre pais, alunos, professores, funcionários e especialistas ...”(GANZELI,PEDRO).

5. AS ESPECIFICIDADES DAS ESCOLAS DO CAMPO

Durante o curso de Especialização em Gestão Educacional, na disciplina, “Gestão Escolar”, que discutimos o maior problema a ser enfrentado pelo gestor, promover uma gestão democrática e participativa, conciliando interesse, superando limites e respeitando a diversidade.

“Entender o significado da escola e suas relações no sistema educacional, bem como a sociedade, tornou-se uma exigência imprescindível para garantir um planejamento realmente participativo” (GANZELI).

Para solucionar o problema de acesso à escolarização da população campesina, as escolas do campo rio-pardense têm como identidade as salas multisseriadas, um espaço de vida de fortalecimento das identidades sociais. Nosso desafio é oferecer um ensino de qualidade social para todos que vivem no campo.

Estamos investindo em recursos humanos e materiais adequados ao atendimento desse tipo de escola, uma vez que na maioria das vezes encontramos as salas empobrecidas, faltam jogos, livros, aparelhos tecnológicos...

Um dos desafios mais prementes que apresentam as salas multisseriadas é o isolamento da escola do campo com o resto da cidade, uma realidade de vários municípios do Brasil.

Em nosso município, o profissional do campo precisava receber um salário diferenciado.

Outra realidade são os fracos vínculos que os educadores possuem com essas escolas, resultando na rotatividade, revelando o elevado número de educadores contratados (temporários), o que faz agravar ainda mais a atuação e o trabalho pedagógico.

É necessário muita organização do trabalho pedagógica, que envolve o planejamento curricular e suas implicações didáticas, um modelo de organização diferenciado, impondo formas de trabalhar a coletividade nos espaços educativos.

O curso de Gestão Educacional intensificou minha necessidade de acompanhar, garantir e incluir em todas as escolas do campo os Direitos Humanos dos Educandos e Educadores que me revelou a necessidade de tratar a educação escolar como instrumento pedagógico para edificar um projeto de desenvolvimento que garanta a igualdade de direitos, a justiça social e a solidariedade entre os sujeitos.

Os Gestores das Escolas do Campo tem que ter conhecimento das especificidades de suas escolas, como apontam Bordigon e Gracindo (2001):

“sejam desenvolvidas a autonomia e participação de todos num clima e numa estrutura organizacional compatível com esta pratica visando a emancipação”.

Em São José do Rio Pardo, as escolas são espaços para se tratar a construção da democracia e da solidariedade pelo direito à terra à saúde, à organização de produção, às relações humanas e lugar de reflexão sobre o trabalho com a natureza, de onde é extraído o sustento.

6. GESTÃO E ESCOLA

Como gestora das escolas do campo do município de São José do Rio Pardo, vejo que muitos acontecimentos e compromissos firmaram a educação e tornaram realidade a Gestão Democrática Participativa. O curso Gestão Educacional me ajudou a entender alguns conceitos políticos e fisiológicos.

Acredito que só a educação é capaz de transformar a sociedade, dar a necessidade da escola do campo desenvolver uma proposta de educação voltada para as necessidades dos camponeses, garantindo a qualidade e sendo formadora e divulgadora da cultura.

Daí a importância da escola ter explicita em sua proposta quais são suas idéias frente a sua comunidade realizar ações conjuntas escola e comunidade definem juntas suas metas.

Nas aulas do professor Pedro Ganzelli quando explicava sobre Gestão Escolar, Plano de Ação, ele deixava claro sobre a necessidade de pensarmos num processo de planejamento que reúne o antes, durante e depois dentro das instituições daí o gestor irá perceber as melhorias tanto no ensino aprendizagem no atendimento escolar na administração pessoal, instalações físicas, patrimônio e na gestão financeira.

Segundo Luiz Henrique Aguiar, 1997 o texto “A Gestão da Educação: seu significado a partir de propostas pedagógicas institucionais”, o gestor precisa estar atento nas especificações do grupo e no controle de qualidade, e que a escola seja um espaço de superação dos seus limites a todos os envolvidos da comunidade escolar.

Muitas são as discussões já realizadas na escola do campo sobre a participação da comunidade escolar no Projeto Pedagógico sabendo que estas são de muita

importância para a gestão em cada uma das escolas do campo. O Projeto Pedagógico de cada escola deve ser elaborado por todos os envolvidos, para que todos tenham clareza e definição do tipo de escola que se quer ter e do Projeto Educativo que se desenvolve, avançando e fortalecendo a importância do Projeto Político Pedagógico.

Quando eu penso a Educação do Campo penso nas diferentes maneiras de organização do trabalho pedagógico e do trato com o conhecimento e procuro diagnosticar as necessidades a buscar processos participativos de ensino aprendizagem e ações sociais de transformação. Afirmo que é na sala de aula que evidenciamos o respeito à diversidade cultural e as realidades que fazem parte das comunidades, somando a idéia de autonomia e democratização das escolas do campo.

A Gestão Democrática é o início de um trabalho no processo educativo assim família, escola e comunidade participam da definição dos rumos da educação, do processo de ações e tomadas de decisões.

Encontramos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96, no artigo 3º, inciso na VII “Gestão Democrática do Ensino Público, na forma desta lei e da legislação democrática participativa dos sistemas de ensino” logo a gestão é fundamental para o estabelecimento de novas relações na organização escolar.

Nas escolas do campo as reflexões e as decisões entre gestores, educadores, funcionários, educandos, pais e comunidade organizadora, promovem a aprendizagem, o compromisso social, o respeito às regras, a criação coletiva de soluções para os problemas, o respeito ao outro, o papel social e político da escola.

Quando é envolvida toda a comunidade juntos definimos a responsabilidade e funções traçamos etapas de organização, sensibilizamos as famílias, organizamos os acontecimentos e implantamos as ações.

Realizamos algumas ações educativas nas escolas no campo que articulam conhecimentos entre a teoria e as pratica e contribuem com as relações entre escola, família e comunidade. Como Assembléia Geral Talentos da Comunidade, Oficinas de Brinquedos com Sucata, Palestras Informais, Eventos de Interação Social, Croqui do Lugar onde mora, Monografia da Comunidade, Ficha Familiar, Calendário de Produção Agrícola.

Estas atividades curriculares fazem parte o dia a dia das comunidades camponesas e estimulam a relação escola comunidade e contribui cada vez mais para que a Educação seja responsabilidade de todos.

6.1. COLEGIADO ESTUDANTE

Nas Escolas do Campo rio-pardense temos o Colegiado Estudantil em cada escola. O Colegiado tem um coletivo de representantes dos Comitês: Que envolve alunos, pais, professores, funcionários, gestores e comunidade campesina.

Comitê de Organização: Mantêm a escola, as salas de aulas e os espaços organizados, limpos e arejados.

Comitê de Meio Ambiente: Cuida nas escolas campesinas dos jardins, dos bebedouros dos pássaros, da coleta seletiva, do lixo, da reciclagem e do calendário de produção das hortaliças e das flores.

Comitê Cultural: Preparam os eventos, as festas, as pautas, as confraternizações, os convites, as datas comemorativas, os temas a serem comemorados, discutidos e festejados.

Comitê de Avaliação: avalia as ações, prepara com a comunidade escolar campesina as assembléias, realiza pesquisas responsáveis pela elaboração das Atas e reuniões. É um comitê de muita importância, ajuda a comunidade escolar a avaliar o que deu certo o que não está dando certo e a traçar metas e ações para a melhoria da escola e do ensino-aprendizagem. Estes comitês acontecem desde o ano de 2009, quando o município implantou o Programa Escola Ativa.

Os colegiados ajudam na Gestão Democrática e tem fortalecido a cada vez mais a participação escolar e rural.

Durante o curso de Gestão Educacional fez algumas reflexões e constatei que a função dos colegiados é estimular a auto-organização, a autonomia, por meio de decisões coletivas o trabalho em equipe o planejamento da execução de tarefas na coordenação de Assembléias, favorecendo a cooperação.

Conforme previsto na LDB/96, o Colegiado Estudantil terá sua representação no Conselho Escolar, que reúne educadores e comunidade.

O trabalho realizado com o Colegiado Estudantil nas escolas campesinas rio-pardense revela que o compromisso dos educandos e educadores com a sociedade tem aumentado.

O colegiado abriu um espaço de formação política de aprendizagem e da parceria entre escola e comunidades rio-pardenses.

A construção da autonomia também é propiciada pelo colegiado estudantil.

Segundo Barroso, *“o conceito de autonomia está etimologicamente ligado à idéia de auto-governo, isto é, a faculdade que os indivíduos (ou as organizações) tem de se regerem por regras próprias (e de que) a autonomia pressupõe a liberdade (e capacidade) e decidir, ela não se confunde com a “ independência”. Na medida em que a autonomia é um conceito relacional (...) sua ação sempre exerce num contexto de interdependência e num sistema de relações.”* (BARROSO 1998 p.16)

Autonomia acompanha responsabilidade, elas caminham juntas e levam o indivíduo ao desenvolvimento social, cognitivo, afetivo, moral e cívico.

Segundo a professora Ângela de Fátima Soligo, em uma visita às escolas de campo rio-pardenses, ela explicou que:

*“Os colegiados ajudam as crianças a terem autonomia, a elevar a auto-estima, a desenvolver o cooperativismo e o sentimento de pertencer ao grupo.”*¹ (SOLIGO, 2010)

No mês de junho de 2011, os colegiados das escolas do campo, onde sou gestora, organizaram uma noite cultural à toda população rural rio-pardense, pois em Assembléia foi levantada a necessidade da comunidade rural ampliar mais sua cultura e conhecer novos espaços.

Os colegiados de todas as escolas rurais se reuniram e em parceria com a Prefeitura Municipal, com a Secretaria da Educação e com o Cinema, toda a comunidade escolar rural teve a oportunidade de conhecer e assistir a um filme junto com seus filhos. Foi emocionante ver que a maioria das comunidades não conheciam o cinema e tiveram oportunidade de participar dessa experiência, antes de tudo, cultural.

Com essa experiência de sucesso, os colegiados ficaram mais fortalecidos e perceberam que em seus planejamentos eles podem realizar atividades que sejam de maior sensibilização como: debates, jogos, danças, etc.

Agora os colegiados estão organizando as festas juninas e já realizaram a primeira reunião geral, presidida por mim, gestora do campo e nela definimos, junto com o Conselho Escolar os participantes do comitê de trabalho para planejarem as ações pelo coletivo escolar.

Os pais, alunos, professores, funcionários, gestores e a comunidade estão envolvidos nas festas juninas através do comitê de atividades culturais, de recepção, de organizações, de meio ambiente e de avaliação, pois assumem práticas coletivas e

compartilhadas. Esses comitês registram em atas todas as decisões tomadas, e as reuniões estão ocorrendo mensalmente e eles estão atuando em todas as atividades do currículo desse ano letivo.

O mais importante é que eles estão se envolvendo cada vez mais com a escola, estimulando a ampliação do currículo e proporcionando contribuições para o desenvolvimento da comunidade local.

Antes eu me sentia como gestora sobrecarregada de tarefas, além de gestora era também professora formadora do Programa Escola Ativa. Hoje, após este curso de Gestão Escolar, consigo colocar em prática todo programa com leveza e tranquilidade, redefinindo os planos de ação. Tenho as comunidades junto com a escola, consigo exercitar as vivências democráticas no cumprimento das funções.

Vivenciamos nas escolas do campo um processo de construção do trabalho coletivo e da vivência democrática, estamos juntos construindo conhecimentos práticos sobre a democracia participativa.

6.2 CONSELHO ESCOLAR

Nas escolas do campo, o conselho escolar existe para efetivar o ensino e levar o gestor, os educadores, os funcionários, os pais, e as comunidades organizadas a refletir sobre as decisões a serem tomadas, as atividades educativas e pelo envolvimento da comunidade escolar e local, enfim defini prioridades e revela alternativas no desenvolvimento da educação escolar.

O conselho precisa agir planejadamente para legitimar sua atuação e suas decisões.

“... o conselho será a voz, e o voto dos diferentes autores da escola, internos e externos, desde os diferentes pontos de vista, deliberando sobre a construção e a gestão do Projeto Político Pedagógico...” (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. 2004)

Os nossos conselhos são espaços para a participação da comunidade no processo de ensino-aprendizagem na construção da democracia e na qualidade da educação do campo rio-pardense. Eles têm também como atribuição: deliberar questões político-pedagógicas, administrativas e financeiras.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9394/9 no artigo 14 diz que o Conselho é uma estratégia de gestão democrática da escola pública, tem como pressuposto o exercício do poder, pela participação das “comunidades escolar e local”. Sua atribuição é deliberar, nos casos de sua competência, e “aconselhar” os dirigentes, no que for justo para obter os objetivos da escola.

Nas aulas do professor Pedro Ganzelli e o processo de planejamento consiste em organizar ações, acompanhar a execução e revisar criticamente, tirando lições. Portanto, o gestor junto com o Conselho Escolar deve pensar sempre no antes, durante e depois. Quando o Conselho tiver que enfrentar problemas no âmbito escolar temos que elaborar um plano de ação e neste plano devemos analisar num esforço coletivo as soluções e prevenções dos problemas, nos indicadores, nas causas prováveis, ação no resultado e na avaliação, implantando inovações para ampliar a qualidade do trabalho coletivo.

A mesma realidade pode ser vista de diferentes maneiras, é através da participação que podemos entender e explicar a escola no seu cotidiano.

Nas aulas do professor Pedro Ganzelli, ele deixou muito claro sobre a importância da participação na gestão democrática que constituem o cotidiano escolar, no entanto, participação é um processo de aprendizagem que só pode ocorrer através da própria participação, ou seja, todos os envolvidos com a escola com poder de decisão.

6.3. RELAÇÃO ESCOLA – COMUNIDADE

Mais uma vez, o curso me fez tomar ciência do meu papel em relação aos objetivos das escolas do campo: pedagógico (no conhecimento e saberes), social (trabalho desenvolvido) e político (nas relações de poder) dos indivíduos. Me fez entender que é a comunidade que une as escolas do campo e as crianças campesinas, pois a escola é um espaço de articulação da diversidade social, política e cultural.

“Na democracia todo cidadão deve ser considerado um governante em potencial”. (CANIVES, 1991)

Em 2007, quando assumi as escolas, sabendo da importância da comunidade estar envolvida, comecei a refletir sobre o tipo de relação que em precisaria ter com o meio social, onde as escolas do campo estavam localizadas.

No município de São José do Rio Pardo, à comunidade campesina é formada por fazendeiros, sitiantes, agricultores, chacareiros, meeiros, trabalhadores, desempregados,

aposentados, empresários agrícolas e comerciantes. No decorrer da história estes carregam dois problemas: os grandes latifúndios e o da geografia, formamos um município com grande extensão territorial rural, muita diversidade agrícola e cada região com uma especificidade; percebia que era preciso fazer algo por essa comunidade campesina.

Hoje sei que era preciso implantar uma cultura escolar participativa, conforme nos fez refletir as aulas do professor Pedro Ganzeli.

No início, e relação gestora, escola e comunidade foi difícil, mesmo tendo como objetivo principal o ensino-aprendizagem de qualidade e a vivência de valores.

Nas escolas campesinas era necessário combater a discriminação no ambiente educativo, investir em práticas pedagógicas para que os alunos do campo tivessem desejo de aprender e ter autonomia. Era preciso avaliar não só os alunos e professores, mas a escola em geral.

Era preciso transformar aquela realidade educacional campesina e a vida daqueles cidadãos rio-pardenses.

De início me chamavam de “menina”, pois mais nova em relação à idade, na frente de um grupo de professores e funcionários, os pais me achavam muito jovem e com muitas idéias, e os proprietários achavam que eu estava querendo revolucionar o campo.

A “gestora menina” chorou muitas vezes. Pensei em desistir, mais a história de vida da minha família dava força aos meus objetivos e meus estudos, clareza às minhas ações.

Era o início político de um gestor com a comunidade. As relações de poder começaram a surgir: “não faz isso, aquele é filho do fulano, a dona da fazenda quer assim”. Mas algo eu tinha a meu favor: logo os fazendeiros descobriram que eu era esposa de fazendeiro e que não tinha nada contra eles, pois meu esposo também fazia parte da mesma camada social. Aos poucos fui me unindo a eles, propiciando oportunidades de conversas, mostrando a importância da escola na comunidade e deixando claro que eu, como gestora, precisava muito deles e das escolas.

Aos poucos fomos nos conhecendo, eu criando menos expectativas com a comunidade escolar e propiciando que eles me conhecessem melhor. Entendi o conceito de administração educacional eficaz, eficiente, relevante e meu desejo era implantar uma escola de qualidade no campo.

Na constituição de 05 de outubro de 1988, no art. 205 diz:

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Fomos nos interagindo, estabelecendo vínculos e eu conquistando aos poucos os espaços e as pessoas. O diálogo é muito importante no meu trabalho, enquanto gestora, com a comunidade. Aos poucos fomos fortalecendo nosso vínculo e hoje promovemos a participação das comunidades nas assembléias, nos dias de conquistas onde os alunos explicam a comunidade o que aprendeu no bimestre, nas oficinas, palestras, eventos, conselhos e nos colegiados.

É importante ressaltar que me conhecer e ao conhecer meu trabalho, as comunidades rurais estreitaram as relações com as escolas do campo. Hoje, tenho a comunidade como co-gestora e a cada dia mais os colegiados me surpreendem com suas responsabilidades; tudo o que é preciso eu conto com apoio da comunidade, e eles com o meu. Tenho como bandeira atender as especificidades de cada comunidade rural. Os professores estão felizes, porque recebem orientação, formação continuada, apoio e os proprietários tem parceria com as escolas, assim como os pais, contribuindo e conscientes do processo de ensino-aprendizagem de seus filhos.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O curso de gestão educacional me fez perceber a dimensão política do meu trabalho de gestora do campo, tanto no dimensão governamental, estadual e municipal.

Ao construir esse memorial, pude fazer uma análise sobre meu trabalho desenvolvido nas escolas do campo e o lugar da gestão democrática participativa. Fiquei feliz e me surpreendi ao relembrar quantas dificuldades foram superadas, sabendo que o mais importante é realimentar o trabalho educativo e manter o vínculo estabelecido com a comunidade.

Procurei retomar as minhas concepções sobre escolas do campo, desde quando era professora recém formada até hoje como gestora e aluna de um curso de gestão educacional.

Mostrei a importância e o apoio das políticas públicas rio-pardense com a educação do campo, preocupados com a qualidade das escolas campesinas, garantindo

espaços de qualidade, formação continuada aos educadores e transporte escolar com monitores, recursos financeiros às escolas, material didático pedagógico, orientação e supervisão aos educadores, tecnologia nas escolas, a implantação do Programa Escola Ativa e o apoio ao desenvolvimento de um Projeto Político Pedagógico que atenda as especificidades das comunidades camponesas e valorizem os saberes de lugar onde moram.

O curso de especialização em gestão escolar transformou meus pensamentos e minhas ações em relação a gestão democrática participativa, apontou soluções para desenvolver com mais intensidade um trabalho de gestão com qualidade, ofereceu oportunidade de reflexão sobre a minha trajetória como professora recém-formada e gestora das escolas de campo e revelou que é somente através da participação de toda comunidade escolar e local que vamos melhorar a qualidade do desempenho escolar.

Tratou-se de uma luta para construirmos escolas camponesas que eram precisas e de qualidade onde tivemos o apoio das políticas públicas, da comunidade camponesa e tornamos real a atuação do colegiado estudantil que muito fortaleceu a participação da comunidade e a gestão democrática contribuindo com a participação de diferentes compromissos com as escolas camponesas, sendo uma prática que revela cooperação e solidariedade.

De outro lado, a atuação do conselho escolar, um coletivo que junto com a gestora das escolas do campo, executaram ações para a melhoria das práticas pedagógicas e da qualidade das escolas. Nesta prática superamos as desigualdades sociais e envolvemos todas na democratização da sociedade camponesa, onde a cidadania e a democracia foram construídas no trabalho coletivo dos camponeses. Como disse Paulo Freire “transformando o mundo transformamos a nós mesmos”.

Portanto, as experiências escolares camponesas e o curso de especialização em gestão educacional me propiciaram oportunidades de se tornar uma cidadã mais humana e participativa e uma gestora com melhores condições de desenvolver nas escolas camponesas um ensino-aprendizagem de qualidade, de fortalecer as ações coletivas e de valorizar o trabalho dos educadores do campo e da participação da comunidade, juntos escola família e comunidade pela educação e diversidade das populações camponesas rio-pardense.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel Gonzales. **Políticas de formação de educadores (as) do campo.** Cad. Cedes, Campinas, vol. 27, n. 72, pag. 157 – 176, maio/agosto, 2007.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS **NBR 10520:** informação e documentação: citações em documentos: apresentação, Rio de Janeiro, 2002.

AZEVEDO, Márcio Adriano de, **Política de educação do campo: concepções processos e desafios.** In: NETO, Antonio Cabral ET AL. **Pontos e contrapontos da política educacional,** uma leitura contextualizada de iniciativas governamentais. Brasília: líber Livros, 2007.

BARROSO, João. **O reforço da autonomia nas escolas e a flexibilização da gestão escolar em Portugal,** In: FERREIRA, Naura S. Carapeto (org) **Gestão democrática da educação: atuais tendências e novos desafios.** São Paulo: Cortez, 2000.

BORDIGNON, G. GRACINDO, Regina Vinhae, **Gestão da escola: o município e a escola,** In: FERREIRA, Naura S. Carapeto (org.) **Gestão da educação: impasses, perspectivas, compromissos.** São Paulo: Cortez, 2001.

BRASIL, **Lei de diretrizes e bases da educação nacional,** n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

CALDART, Roseli Salete. **Por uma educação do campo traços de uma identidade em construção.** In: KOLLING, Jorge Edgar, Ceriulli, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete. **Identidade e políticas públicas,** Brasília, DF, 2002.

Conselhos Escolares: **Uma Estratégia de Gestão Democrática de Educação Pública,** pag. 34 do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. MEC/CEB, 2004, Dezembro.

CERREIRA, Denise e PINTO, José Marcelino Rezende, **Custo aluno-qualidade inicial: rumo à educação pública de qualidade no Brasil.** São Paulo: Global: Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

COSTA, A. Jorge, **Projetos educativos das escolas: Um tributo para a sua (dês) construção.** Educação e sociedade, Campinas, vol., 24, n 85, pag. 1319 – 1340, 20 de dezembro de 2003.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço de território como categorias essenciais.** In. MOLINA, Monica Castagna, **Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão.** Brasília, MDA, 2006.

GANZELI, Pedro. **Administração e gestão da educação: elementos para discussão,** In BITTENCOURT, A. B. (org), OLIVEIRA Junior, W. M. **Estudo, pensamento e criação.** S.P. Campinas: FE/UNICAMP, vol II, 2009.

GADOTTI, Moacir. **Organização do trabalho na escola e autonomia.** RBAE, Brasília, v.9, n.1, pag. 87 – 108, janeiro de 1993.

KOLLING, Edgar Jorge, NERY, Israel José, MOLINA, Monica C. **A educação básica e o movimento social do campo**. Coleção: Por uma educação básica do campo, n.1, Brasília: UNB, 1999.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola Rural: urbanização e políticas educacionais**. 2 ed. São Paulo: CORTEZ, 2002.

MENDONÇA, Erasmo Fortes. **A regra e o jogo: democracia e patrimonialismo na educação brasileira**. Camoinas LaPPlane – FE/UNICAMP, R. Vieira, 2000.

MONARIN, Antonio. **Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço território como categorias essenciais**. In: MOLINA, Monica Castagna, **Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão**. Brasília – MDA, 2006.

OLIVEIRA L. C. V. SILVA, Nilson Robson Guedes, **Autonomia e gestão na educação**. In BITTENCOURT, A.B. (org), OLIVEIRA JUNIOR, W. M. “**Estudo, pensamento e criação**”. S.P. Campinas FE/UNICAMP, vol II, 2009.

Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares**. Brasília – DF. Junho de 2006.

¹ Fala proferida pela professora Ângela de Fátima Soligo em uma palestra realizada em 22 de maio de 2010 nas Escolas do Campo de São José do Rio Pardo.